Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 75: TRIBUNAL DO JÚRI - I 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 75 Brasília, 22 de fevereiro de 2017

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 19/12/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 75: TRIBUNAL DO JÚRI - I

1. O ciúme, sem outras circunstâncias, não caracteriza motivo torpe.

Julgados: AgRg no AREsp 569047/PR, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJE 06/05/2015; HC 198377/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 02/10/2013; HC 147533/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 04/10/2010; HC 123918/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 05/10/2009;

2. Cabe ao Tribunal do Júri decidir se o homicídio foi motivado por ciúmes, assim como analisar se referido sentimento, no caso concreto, qualifica o crime.

Julgados: AgRg no AREsp 827875/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 28/09/2016; HC 255974/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/09/2016; AgRg no AREsp 630056/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 15/06/2015; REsp 810728/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 02/08/2010; HC 104097/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 13/10/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 417)

3. Na fase de pronúncia, cabe ao Tribunal do Júri a resolução de dúvidas quanto à aplicabilidade de excludente de ilicitude.

Julgados: AgRg no AREsp 872992/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 01/07/2016; HC 295547/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 04/09/2015; AgRg no AREsp 405488/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, DJE 12/05/2014; REsp 629322/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 26/09/2011; AgRg no Ag 1249874/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 21/02/2011; HC 084271/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 05/10/2009;

4. A exclusão de qualificadora constante na pronúncia só pode ocorrer quando manifestamente improcedente e descabida, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri.

Julgados: AgRg no REsp 1618955/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 14/12/2016; HC 360541/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 19/12/2016; HC 368976/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 07/11/2016; AgRg no AREsp 827875/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 28/09/2016; HC 255974/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/09/2016; HC 353538/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 29/06/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 537)

5. A complementação do número regulamentar mínimo de 15 (quinze) jurados por suplentes de outro plenário do mesmo Tribunal do Júri, por si só, não enseja nulidade do julgamento.

Julgados: HC 168263/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 08/09/2015; HC 151729/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 29/05/2015; HC 227169/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 11/02/2015; HC 118491/SP, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJE 01/02/2012; HC 132292/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 22/06/2011; HC 039766/SP, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Rel. p/ Acórdão Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJE 31/03/2008;

6. Viola o princípio da soberania dos veredictos a anulação parcial de decisão proferida pelo Conselho de Sentença acerca da qualificadora sem a submissão do réu a novo Júri.

Julgados: REsp 1577374/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 01/08/2016; HC 346132/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 01/04/2016; HC 321872/RO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 01/09/2015; AgRg no REsp 1466054/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 15/10/2014; AgRg no REsp 1378097/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 13/10/2014; RHC 043461/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 09/09/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 508)

7. A ausência do oferecimento das alegações finais em processos de competência do Tribunal do Júri não acarreta nulidade, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa.

Julgados: HC 366706/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 16/11/2016; HC 347371/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 22/06/2016; AgRg no REsp 1356402/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 01/07/2014; AgRg no AREsp 480148/PE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 17/06/2014; REsp 1373259/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 24/04/2014; HC 224208/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJE 10/04/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 399) (Vide Jurisprudência em Teses N. 69 - TEMA 14)

8. A simples leitura da pronúncia no Plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado.

Julgados: AgRg no AREsp 429039/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 10/10/2016; AgRg no REsp 1373007/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 01/06/2016; AgRg no REsp 1346253/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 25/11/2015; AgRg nos EAREsp 300837/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 05/05/2015; AgRg no AREsp 435546/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 14/04/2015; AgRg no REsp 1444570/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 19/03/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 531)

9. Na intimação pessoal do réu acerca de sentença de pronúncia ou condenatória do Júri, a ausência de apresentação do termo de recurso ou a não indagação sobre sua intenção de recorrer não gera nulidade do ato.

Julgados: RHC 061365/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 14/03/2016; HC 248986/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 10/03/2016; HC 233133/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 05/11/2013; RHC 012853/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 14/10/2002;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 579) (Vide Jurisprudência em Teses N. 69 - TEMA 11)

10. A sentença de pronúncia deve limitar-se à indicação da materialidade do delito e aos indícios de autoria para evitar nulidade por excesso de linguagem e para não influenciar o ânimo do Conselho de Sentença.

Julgados: HC 354293/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 22/11/2016; RHC 072083/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 16/09/2016; HC 325076/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 31/08/2016; AgRg no AREsp 896298/AP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 27/06/2016; AgRg no AREsp 765996/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 17/06/2016; AgRg no REsp 1525082/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 01/06/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 503)

11. É possível rasurar trecho ínfimo da sentença de pronúncia para afastar eventual nulidade decorrente de excesso de linguagem.

Julgados: HC 325076/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 31/08/2016; REsp 1362882/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/04/2016; HC 327731/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 19/02/2016; RHC 042003/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 19/12/2013;

(Vide Pesquisa Pronta)

12. Reconhecida a nulidade da pronúncia por excesso de linguagem, outra decisão deve ser proferida, visto que o simples envelopamento e desentranhamento da peça viciada não é suficiente.

Julgados: HC 308047/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 20/04/2016; REsp 1575493/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 31/03/2016; HC 304043/PI, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 26/11/2015; AgRg no REsp 1442002/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 06/05/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 561) (Vide Pesquisa Pronta)

13. A competência para o processo e julgamento do latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri (Súmula n. 603/STF).

Julgados: HC 211749/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 16/05/2014; HC 030124/MG, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, DJE 19/12/2008; HC 021961/RJ, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 01/09/2003; CC 140541/MA (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 15/09/2015;

14. Compete ao Tribunal do Júri decretar, motivadamente, como efeito da condenação, a perda do cargo ou função pública, inclusive de militar quando o fato não tiver relação com o exercício da atividade na caserna.

Julgados: AgRg no AREsp 558084/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 17/06/2015; REsp 1185413/AP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 14/05/2013; HC 173873/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 26/09/2012;

15. A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime. (Súmula n. 191/STJ)

Julgados: REsp 1021670/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 11/12/2013; HC 179090/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, DJE 08/05/2013; HC 109708/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 18/05/2009; REsp 212038/SC, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 02/04/2001; HC 013232/MG, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, DJ 18/12/2000; REsp 094057/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 21/06/1999;

(Vide Súmula Anotada N. 191/STJ)